

FORMAÇÃO DO EDUCADOR: O MOVIMENTO PRESENTE NOS DOCUMENTOS DAS ENTIDADES RELACIONADAS À EDUCAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1969-2007

Eulália Araújo Calixto, Graziela Zambão Abdian

Eixo 1 - Formação inicial de professores para a educação básica
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

O objetivo da pesquisa foi levantar, sistematizar e analisar as publicações sobre a formação dos educadores que priorizavam os aspectos relacionados à formação do administrador escolar. A proposta apresentou como material principal as referências listadas sobre o assunto na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (2007) e realizou como procedimentos metodológicos: o levantamento destas referências, que incluem livros/artigos, documentos de entidades e legislação -, a sistematização e a análise de conteúdo daquelas que privilegiavam os aspectos relacionados à formação do administrador escolar. O referencial teórico para análise do material coletado foi o que afirma a especificidade da Administração Escolar e suas possíveis contribuições para a transformação social (PARO, 1986. Da análise dos documentos das entidades relacionadas à Educação, entre outros aspectos, identifica-se a conquista em relação ao reconhecimento do curso de Pedagogia como o lócus de formação do professor da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, com conhecimentos da gestão e da pesquisa, entretanto, indica-se a preocupação com a administração/gestão escolar, principalmente em relação à atuação do administrador/gestor e ao desenvolvimento teórico da área. A pesquisa objetivou contribuir ao identificar o que pensa/ defende as entidades sobre esta formação; o que determinou/determina a legislação e, conseqüentemente, a concepção que se tem sobre a função da administração escolar nos termos legais; o que indicam/ explicam as pesquisas na área. PALAVRAS-CHAVE: Formação do educador. Formação do administrador/gestor escolar. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.

FORMAÇÃO DO EDUCADOR: O MOVIMENTO PRESENTE NOS DOCUMENTOS DAS ENTIDADES RELACIONADAS À EDUCAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1969-2007

Eulália Araújo Calixto Remerio; Graziela Zambão Abdian Maia. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Campus de Marília. CNPq.

Introdução

O texto é parte da pesquisa intitulada “A construção do conhecimento sobre a formação do administrador escolar: uma análise a partir das publicações nacionais”, que analisou a trajetória do conhecimento nas publicações brasileiras sobre formação de educadores, especificamente, sobre a formação dos administradores escolares, tendo como questões orientadoras: Qual (is) é (são) a(s) abordagem (ns) principal (is) destas publicações? Especificamente: O que defendem as entidades em seus documentos? Qual (is) a (s) a (s) perspectiva (s) presente (s) na legislação? Qual (is) a (s) a (s) perspectiva (s) presente (s) nas pesquisas? Com base nas questões levantadas alguns objetivos foram construídos: levantar e sistematizar os estudos referentes à formação de educadores, especificamente as listadas no número especial da RBPAE (2007) e que priorizam os aspectos relacionados à formação do administrador escolar; analisar qual(is) é (são) a(s) abordagem (ns) principal (is) do conjunto legal (1969-2007); analisar qual(is) é (são) a(s) abordagem (ns) principal (is) dos documentos/manifestações das Associações; analisar qual(is) é (são) a(s) abordagem (ns) principal (s) dos livros e artigos.

É importante situar a origem da pesquisa que partiu, diretamente, da demanda surgida em pesquisa anterior de Iniciação Científica, que não encontrou material sistematizado sobre a formação do administrador escolar. No momento em que as preocupações acentuaram-se, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia que extinguíram as habilitações e, conseqüentemente, o curso parou de formar o especialista “diretor” ou “administrador escolar”. Para realizar a pesquisa, portanto, contemplaram-se os estudos sobre Administração Escolar que, desde a década de 1960 não são consensuais a respeito da formação e função do administrador e, após realizar incursão na construção histórica do pensamento sobre a Administração escolar, adotou-se como referência os

autores que defendem a especificidade da escola e de sua Administração (Paro, 1988), assim como vislumbram a efetiva concretização da gestão democrática da educação.

A construção dos objetivos da pesquisa foi viabilizada pela lista presente na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE - v. 23, n. 2, 2007), que em uma edição temática a respeito da formação dos profissionais da educação e do curso de Pedagogia, levanta as publicações sobre o assunto, integrando legislação, artigos de periódicos/livros e manifestações das Associações, somando um total de 140 referências. O número indicou: 47 documentos legais (1969-2007); 18 documentos das entidades sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Pedagogia (1998-2005); e 75 livros e artigos.

A busca dos documentos legais foi realizada, em um primeiro momento, via *Internet*. Posteriormente, houve a busca em bibliotecas e materiais pessoais, da orientadora e de colegas. A maior parte da legislação foi localizada (37), entretanto, algumas não foram encontradas (10), principalmente, as legislações mais antigas entre as décadas de 1960 e 1980.

O texto tem o objetivo de apresentar a análise dos artigos e livros (1969-2007) listados no número temático da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE, 2007), publicada logo após a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (DCNs, 2006). O período foi assim delimitado por iniciar pós Lei Federal que reforma o ensino universitário (nº 5540/68) e ser finalizado pós-publicação das DCNs, leis que, de certa forma, repercutem diretamente na formação dos educadores em âmbito nacional.

O texto está assim organizado: panorama geral das publicações; breve apresentação de alguns documentos, que sintetizam o pensamento no período; e, por fim, será apresentada a análise do que foi observado no conteúdo desses documentos e a construção do pensamento sobre a formação do administrador escolar no bojo do movimento dos educadores brasileiros.

Panorama geral das publicações

No período de 1998 a 2005, dezoito documentos foram publicados pelas seguintes entidades: Associação Nacional de Pós-Graduação em

Educação (ANPED); Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da educação (ANFOPE); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR); Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ensino (CNTE).

A publicação dos documentos prevalece com a autoria da ANFOPE (16), seguida da ANPED (6), CEDES (5), ANPAE (3). As outras instituições, por sua vez, apresentam apenas a publicação de um documento.

A respeito da relação ano/publicação, identifica-se: **1998** (1 documento); **1999** (3 documentos); **2001** (1 documento); **2003** (5 documentos); **2004** (5 documentos); **2005** (3 documentos). Assim, o período mais produtivo foi a partir do ano 2000 com 14 documentos publicados. Possivelmente, a justificativa para publicação mais intensa se deve à elaboração do Documento das Diretrizes da Pedagogia e seu encaminhamento pela Comissão de Especialistas de Pedagogia, em maio de 1999, ao Conselho Nacional de Educação. A elaboração desse documento reacendeu uma discussão que sempre esteve presente sobre o curso de Pedagogia, a saber, quais princípios, condições de ensino e de aprendizagem, de planejamento e avaliação deveriam orientar essa área de conhecimento.

Não há regularidade nas publicações, pois no período de 1998 a 1999 há pouca produção de documentos (apenas 4), já em 2003 e 2004 há uma alta publicação (10).

A trajetória do conhecimento sobre a formação educador *administrador escolar* nos documentos das entidades

Na década de 1990, os assuntos mais contemplados são: a proposta de novas Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia e a criação de um novo *locus* de formação docente, os ISEs. Já, a partir do ano de 2000, os seguintes assuntos são contemplados: curso de Pedagogia; Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica;

Política de formação docente; perfil de professores dos Ensinos Fundamental e Médio; definição das Diretrizes para o Curso de Pedagogia.

A criação dos ISEs, Lei n. 9394/96, fomentou uma grande discussão entre os educadores de todo o país a respeito da função do curso de Pedagogia e da identidade desse profissional. O movimento dos educadores foi o grande representante de todos os profissionais da área ao impor sua insatisfação em relação ao ISE em reuniões, eventos e documentos.

A ANFOPE (1999, p. 01-02), no documento *“Institutos Superiores de Educação: a separação entre pesquisa e ensino e conteúdo e forma na formação dos profissionais da educação”*, aponta que a ideia da criação dos ISEs como o caminho para resolver os problemas da formação docente, desvia a atenção de elementos centrais para a formação e valorização desses profissionais, como: “[...] aprimoramento dos cursos existentes e das estruturas de formação, valorização e investimento nas atuais instâncias formadoras, ampliação do número de cursos e vagas nas instituições públicas”.

Para a entidade, esse novo *locus* de formação, por não privilegiar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, acaba por enfatizar a formação docente com ênfase no domínio de conteúdos específicos, o que demonstra uma concepção conteudista e tecnicista desse profissional, evidenciando-se a separação entre pensar e fazer e entre conteúdo e forma.

A possibilidade de que existam cursos de formação de professores afastados dos centros onde se produz conhecimento nas áreas específicas – os bacharelados – e das Faculdades de Educação que mantêm o curso de pedagogia e a pós-graduação, aprofunda os problemas da formação de professores hoje existentes em nosso país (ANFOPE, 1999, p. 03).

A mesma Associação (1999, p. 02), no documento *“Pedagogia: um curso com projeto político pedagógico próprio”*, defende que o aperfeiçoamento da formação dos profissionais da Educação está relacionado às possibilidades de garantir a trajetória que as atuais Faculdades/Centros de Educação e nelas, o Curso de Pedagogia, construíram historicamente enquanto espaços de reflexão, dos vínculos entre ensino/pesquisa/investigação; produção de conhecimentos relacionados à educação; e formação dos profissionais da Educação.

A entidade menciona que o movimento pela construção das diretrizes do curso de Pedagogia tem um marco importante em 1998, quando a

Comissão de Especialista de Pedagogia, instituída para elaborar as diretrizes do curso, desencadeou amplo processo de discussão, em nível nacional, ouvindo as Coordenações de curso, as entidades (ANFOPE, FORUMDIR, ANPAE, ANPED, CEDES), e a Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia. Esse processo resultou na elaboração do Documento das Diretrizes e seu encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação, em maio de 1999, aguardando a definição e regulamentação de outros pontos ainda polêmicos em relação à formação, como o próprio Curso Normal Superior que, até o momento, não possuía suas próprias Diretrizes.

No período entre maio de 1999 e junho de 2004, as várias iniciativas do MEC em relação à preparação docente e ao próprio Curso de Pedagogia (Portaria n. 133/01, Resoluções n. 01 e 02/2002, que instituem Diretrizes para Formação de Professores) não contribuíram para uma melhor compreensão de quais princípios e conteúdos deveriam orientar a formação dos profissionais da Educação, ao contrário, provocaram uma diversidade de estruturas que exigiu, provavelmente, do poder público, um acompanhamento cuidadoso e rigoroso além de processos de avaliação da formação oferecida, de modo a preservar as iniciativas positivas e estabelecer metas para o aprimoramento da qualidade de outras. Os educadores e suas entidades acompanharam de perto este movimento, e estiveram presentes, em todo este período, mobilizando-se através de encontros, reuniões, documentos, orientados sempre pelo princípio fundamental de que “as discussões das Diretrizes da Pedagogia se inserem na discussão das orientações, políticas e Diretrizes da Formação dos Educadores da Educação Básica, não podendo, portanto, serem aprovadas fora deste contexto” (ANFOPE, 1999).

A ANPED, ANFOPE, ANPAE, FORUMDIR, CEDES, FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (2001), no *Documento de posicionamento conjunto das entidades na reunião de consulta ao setor acadêmico, no âmbito do programa especial “Mobilização Nacional por uma Nova Educação Básica”*, defendem a definição de uma política nacional global de formação dos profissionais da Educação e valorização do magistério, que contemple no âmbito das políticas educacionais: sólida formação inicial no campo da Educação; condições de trabalho; salário e carreira dignos; e a formação continuada como um direito dos professores e responsabilidade do Estado e das instituições contratantes.

As entidades defendem a tese de que a base do curso de Pedagogia é a docência, uma vez que o curso construiu e consolidou sua história no

cotidiano das Faculdades e Centros de Educação do país e emergiu, nos anos 1990, como o principal *locus* da formação docente dos profissionais da Educação para atuar na Educação Básica, na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. As entidades entendem que o eixo da formação desse profissional é o “[...] trabalho pedagógico, escolar e não escolar, que tem na docência, compreendida como ato educativo intencional, o seu fundamento” (ANPAE et al, 2001, p. 03).

De acordo com *Documento de posicionamento conjunto das entidades na reunião de consulta ao setor acadêmico, no âmbito do programa especial “Mobilização Nacional por uma Nova Educação Básica”*, para essa concepção de docência alguns elementos são fundamentais: sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, assim como o domínio dos conteúdos a serem ensinados pela escola; unidade entre teoria e prática que resgata a práxis da ação educativa; gestão democrática como instrumento de luta pela qualidade do projeto educativo; compromisso social do profissional da Educação; trabalho coletivo e interdisciplinar; formação continuada; e avaliação permanente dos processos de formação.

Outra tese defendida pelas entidades é a de que o curso de Pedagogia porque forma o profissional de Educação para atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da Educação, é, ao mesmo tempo, uma Licenciatura e um Bacharelado. O documento ressalta que “[...] na complexidade do mundo da escola, o educador deve ser capaz de exercer a docência e tantas outras práticas, que em sua formação acadêmica teve a oportunidade de pesquisar e discutir coletivamente” (ANPAE et al, 2001, p. 04).

O documento estabelece que “[...] não existe apenas uma ‘alternativa’ de formação e sim inúmeras que vêm sendo construídas nas IES e que não servem de ‘modelo’ mas de oportunidade para melhor efetivação de outros cursos onde quer que se localizem”. E, nesse sentido, respeitada a necessária diversidade no âmbito nacional, o currículo do curso de Pedagogia deverá contemplar: (i) um núcleo de conteúdos básicos, articuladores da relação teoria e prática, considerados obrigatórios pelas IES; (ii) tópicos de estudo de aprofundamento e/ou diversificação da formação; (iii) estudos independentes (ANPAE et al, 2001, p. 05).

A ANFOPE, ANPEd, CEDES, FORUMDIR (2005), no documento “VII Seminário Nacional sobre Formação dos Profissionais da educação”, apresentam contribuições para a elaboração das DCNs para o curso de Pedagogia, abordando quais os princípios e fundamentos devem orientar o curso; qual o perfil do egresso; qual a organização curricular, a duração e a carga horária do curso de Pedagogia.

Segundo o documento, a Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da Educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na *práxis* social. O pedagogo pode atuar na docência, na organização e gestão de sistemas, unidades, projetos e experiências educativas e na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional em contextos escolares e não-escolares. Nesse sentido, o curso de Pedagogia se caracterizaria por ser ao mesmo tempo uma licenciatura e um bacharelado, sem distinção de grau na formação.

A organização curricular do curso de Pedagogia, segundo o documento, contemplaria os componentes curriculares, articulados nos seguintes núcleos de formação e de atividades: 1- o núcleo de conteúdos básicos, que visa à reflexão crítica sobre as relações sociais e culturais, a educação enquanto uma prática social, a escola, a formação e a profissionalização no campo da Educação; 2- o núcleo de conteúdos relativos à atuação do pedagogo; atividades científico-culturais de enriquecimento curricular compreendendo participação em projetos de Iniciação Científica e de extensão, de modo a propiciar aos graduandos vivências com a educação inclusiva, a educação de jovens e adultos, a educação no/do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos ou em organizações não-escolares; 3- a prática pedagógica, concebida como trabalho coletivo da instituição formadora e entendida como eixo articulador de produção de conhecimento sócio-educacional. Para atingir este objetivo, além de cumprir a exigência de 200 dias letivos anuais, a duração do curso deveria ser de 04 (quatro) anos com um total de 3.200 horas, no mínimo.

Nesse sentido, as entidades defendem que no curso de Pedagogia é construída a identidade do pedagogo como profissional inovador e criativo na sua atuação, capaz de analisar, compreender e lidar com as mudanças da e na vida social e suas implicações, no sistema educacional, na escola e no seu âmbito (ANFOPE, ANPEd, CEDES, FORUMDIR, 2005).

Da leitura dos documentos das entidades constata-se um diálogo constante realizado com a legislação publicada a respeito da formação do

profissional da Educação. Com frequência, a publicação de um documento legal foi precedido de um posicionamento conjunto das entidades relacionadas à Educação sobre seu conteúdo e contempladas as suas implicações para a construção da identidade do curso de Pedagogia e do Pedagogo.

O movimento dos educadores constituiu-se como um grupo de resistência aos documentos legais que se apresentavam contra as ideias defendidas pelas entidades e que sinalizavam como perigo de extinção do curso de Pedagogia, como, por exemplo, a Lei n. 9394/96, o Parecer CEB n. 1/99, o Parecer CP n.115/99, Parecer CES n. 970/99, e os Decretos 3.276/99 e 3.554/00. Esses documentos sinalizavam para a transferência da formação docente do curso de Pedagogia para o Curso Normal Superior, nos ISE, desconsiderando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Alguns documentos legais, como os já citados anteriormente, recuaram após fortes pressões das entidades, como por exemplo, o Decreto n. 3.276/99, que estabelecia que a formação em nível superior de docentes para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil deveria ser realizada, exclusivamente, em Cursos Normais Superiores, ficando para o curso de Pedagogia somente a formação do especialista. Entretanto, após fortes pressões das entidades observa-se a promulgação do Decreto 3.554/99 que substituiu a palavra “exclusivamente” por “preferencialmente”.

Na década de 1990, os documentos legais tenderam à defesa de um local específico para formação docente e, conseqüentemente, para a formação do especialista em Educação, mas como essa ideia era contrária ao do movimento de educadores, que não separava a formação do especialista da formação para a docência, o posicionamento não resistiu por muito tempo, e a defesa da formação com base na docência prevalece, bem como a compreensão de que o curso de Pedagogia é, ao mesmo tempo, uma licenciatura e um bacharelado. Estas considerações indicam a forte influência que o movimento dos educadores exerceu sobre a (re) estruturação da formação docente no Brasil.

É possível aferir, por meio da análise do conteúdo dos documentos das entidades, que nenhum texto contempla diretamente a formação do administrador escolar ou da área da administração. Há uma grande ênfase na parte pedagógica, uma vez que se privilegia temas que contemplem a formação do profissional da educação e o local onde esta deveria ocorrer.

A construção do conhecimento nos documentos das entidades seguem uma linearidade e coerência nos temas abordados e defendidos, pois evidencia-se a ênfase na defesa de um local apropriado para formação docente, ou seja, a universidade, na qual o ensino, a pesquisa e a extensão estejam indissociadas, assim como uma sólida formação teórica e prática, que proporcione ao egresso do curso de Pedagogia condições de exercer uma prática eficaz e consciente. Os documentos, de um modo geral, defendem a tese da docência como base da identidade de todo profissional da educação, bem como de que o curso de Pedagogia e, ao mesmo tempo, uma licenciatura e um bacharelado.

Referências

ANFOPE. Institutos Superiores de Educação: a separação entre ensino e pesquisa e conteúdo e forma na formação dos profissionais da educação. *Boletim da ANFOPE*, ano v, n. 11, agosto de 1999.

ANFOPE. Pedagogia: um curso com projeto político pedagógico próprio. *Boletim da ANFOPE*, ano v, n. 11, agosto de 1999.

A ANFOPE, ANPEd, CEDES, FORUMDIR. *VII Seminário Nacional sobre Formação dos Profissionais da educação*. Brasília-DF, 07 de junho de 2005.

ANPED, ANFOPE, ANPAE, FORUMDIR, CEDES, FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (2001), no *Documento de posicionamento conjunto das entidades na reunião de consulta ao setor acadêmico, no âmbito do programa especial "Mobilização Nacional por uma Nova Educação Básica"*, instituído pelo Conselho Nacional de Educação/CNE, de 07 de novembro de 2001, Brasília.

FÉLIX, M. de F. C. *Administração Escolar: um problema educativo ou empresarial?* São Paulo: Cortez. 1984. 199 p.

FRANCO, M. L. P. B. *Análise de conteúdo*. Brasília: Plano Editora, 2003. 72 p.

FREITAS, H. C. L. de. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 20, n. 68, p. 17-44, dez. 1999.

FREITAS, H. C. L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 80, p. 136-167, set. 2002.

FREITAS, H. *Primeiras impressões sobre o documento do CN: texto inicial para discussão*. Campinas, 11 de outubro de 2003.

KUENZER, A. Z.; RODRIGUES, M de F.. As diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: uma expressão da epistemologia da prática. In: *Encontro Nacional de didática e práticas de ensino*, 23, 2006, Recife. Anais. Recife: Ed. Bagaço, 2006, p. 185-212.

KUENZER, A. Z.; RODRIGUES, M. de F. Curso de Pedagogia ou Normal Superior ? *Revista Brasileira de Política e Administração Escolar*. Porto Alegre. v. 23, n. 2, p. 253-275, mai./ago. 2007.

LABEGALINI, A. C. F. B. *A formação dos administradores escolares no Estado de São Paulo em uma perspectiva histórica*. Marília: M3T tecnologia e educação, 2008, p. 27-36.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Organização e Administração Escolar: curso básico*. 8 ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007, 321p.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. *Em Aberto*. Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-32, 2000.

MACHADO, L. M. Políticas e Práticas na Formação de Professores: os riscos de corrupção da teoria. *Revista Brasileira de Política e Administração Escolar*. Porto Alegre. v. 16, n. 2, p. 225-233, 2000.

MACHADO, L. M.; MAIA, G. Z. A. A formação dos profissionais da educação à luz das novas diretrizes curriculares nacionais. *Revista Brasileira de Política e Administração Escolar*. Porto Alegre. v.23, n.2, p. 293-313-78, mai/ago 2007.

MAIA, G. Z. A. As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em Administração da Educação no Brasil. 2004. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

MASCARO, C. C. A administração escolar na América Latina. In: *ANPAE. Administração escolar*. Edição Comemorativa do I Simpósio de Administração Escolar, 1968, p. 60-93.

MAUÉS, O. As Políticas de formação de professores: a “universitarização” e a prática. In: Reunião Anual da ANPED, 26, 2003, Poços de Calda. *Novo governo, novas políticas: [anais]*. Poços de Caldas: ANPED, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/olgaiescabralmaues.rtf>. Acesso em: 14 abr. 2009.

NÓVOA, A. (coord). *As organizações escolares em análise*. 2. ed, Lisboa: Dom Quixote, Instituto de Inovação Educacional, 1995.
PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1988, 175 p.

PIMENTA, S. G. (org.) *Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas*. São Paulo: Cortez. 2006. 198 p.

RIBEIRO, J.Q. Introdução à Administração Escolar (Alguns Pontos de Vista). In: *ANPAE. Administração escolar. Edição Comemorativa do I Simpósio de Administração Escolar*, 1968, p. 18-40.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (RBP AE). *Associação Nacional de Política e Administração da Educação*. Porto Alegre: ANPAE. V.23, n.2, mai./ago, 2007. p.169-408.

RUSSO, M.H. Escola e paradigmas de gestão. *Ecos São Paulo*, v.6, n.1, p.25-42, 2004.

SAVIANI, D. Pedagogia: Espaço da educação na Universidade. *Caderno de Pesquisa*. Vol. 37, p. 99-134, jan./abr., 2007.

SHEIBE, L.; AGUIAR, M. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 20, n. 68, p. 220-238, dez. 1999.

SILVA JÚNIOR, C. A. da. Espaço da administração no tempo da gestão. In: MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (Orgs). *Política e gestão da educação: dois olhares*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. p. 199-211.

SILVA, C. S. B. da. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SOUSA, A. T. S.; FROTA, P. R. de. Origem e evolução da formação do Pedagogo. // *Encontro de Pesquisa em educação da UFPI/ GT – 02: Profissão e Prática Docente*, 2007. Disponível em: <http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiencontro/GT-2/GT-02-02.htm>. Acesso em: 15 jan. 2010.

TEIXEIRA, A. Natureza e Função da Administração Escolar. In: *ANPAE. Administração escolar. Edição Comemorativa do I Simpósio de Administração Escolar*, 1968, p. 09-17.

WEBER, S. Como e onde formar professores: espaços em confronto. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 21, n. 70, p. 129-156, 2000.

WERLE, F. O. C. A formação do administrador escolar no Brasil: uma tentativa de periodização. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 82, p. 67-84, ag., 1992a. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacao/cp/arquivos/956.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.

WERLE, F. O. C. Participação da Universidade com os demais níveis de ensino e a formação do educador- novas perspectivas para o administrador da educação. *Revista Brasileira de Política e Administração Escolar*. Porto Alegre. v. 8, n. 2, p. 79-99, jul./dez. 1992b.